

Piratini deve enviar nesta semana o projeto do ICMS

PAULO EGÍDIO

paulo.egidio@zerohora.com.br

O governador Eduardo Leite deve protocolar nesta semana na Assembleia Legislativa projeto de lei prevendo o aumento na alíquota geral de ICMS de 17% para 19% no Estado. A proposta é alternativa ao corte de incentivos fiscais, que entraria em vigor ontem, mas foi adiado pelo governo por 30 dias.

A informação foi repassada pelo Palácio Piratini ao empresário Nei Mânica, presidente da cooperativa Cotrijal. Mânica lidera um movimento de 27 entidades que solicitam ao governo a elevação da alíquota geral em troca da desistência da revisão dos benefícios setoriais.

De acordo com Mânica, Leite deve chamar os deputados da base aliada para reunião antes de submeter o projeto ao Legislativo.

– O governador vai chamar os deputados para fazer esclarecimentos, e nós (entidades) também vamos esclarecer aos deputados e à sociedade que a melhor opção é pela modal – disse o empresário.

O secretário-chefe da Casa Civil, Artur Lemos, evita estipular prazo, mas confirma que há esta “expectativa”:

– Recebemos a proposta (dos empresários) na semana passada, nesta semana estamos discutindo e, estando apta, a gente encaminha. O projeto a ser submetido por Leite seguirá a linha do que sugeriu o grupo de entidades.

O ajuste na alíquota precisa de aprovação na Assembleia e só pode vigorar a partir de 2025. Já o corte de incentivos fiscais, que aumenta o imposto para alguns produtos e setores econômicos, pode ser feito por meio de decreto do governador e teria validade imediata.

– Só estamos tratando desse tema porque compreendemos que, para a sustentabilidade do futuro do Estado, precisávamos enfrentá-lo em razão da queda na arrecadação – ressaltou Lemos.

O secretário se refere à redução abrupta do ICMS dos combustíveis, energia, e telecomunicações, aprovada pelo Congresso Nacional em 2022, que retirou dinheiro do caixa de Estados e municípios.

Assim que começar a tramitar, o projeto de lei deverá dominar os debates na Assembleia. Em regime de urgência, passará a trancar a pauta de votações em 30 dias.



Grupo de empresários protestou em frente ao Palácio Piratini contra proposta de aumento de imposto

Assunto causa divisão no setor produtivo

A majoração da alíquota modal do ICMS em troca da manutenção dos incentivos fiscais é apoiada por um grupo de 27 organizações, ligadas sobretudo à agricultura. Além das 24 que assinaram o documento apresentado na quarta-feira passada, outras três o subscreveram posteriormente.

Porta-voz das entidades, Nei Mânica argumenta que a opção seria menos prejudicial à economia, já que diluiria o custo em diferentes segmentos.

– Temos só dois caminhos, e se alguém acha que o governador

está blefando, está muito enganado – afirmou Mânica.

Por outro lado, há rejeição à ideia entre as maiores federações empresariais do Estado. Ontem, protesto convocado pela Federsul reuniu um grupo de empresários e políticos em frente ao Palácio Piratini (leia mais na coluna Política+, na página 6).

Questionamento

Anfitrião do ato, o presidente da Federsul, Rodrigo Sousa Costa, lembrou que Leite se compro-

meteu a não aumentar impostos durante a campanha eleitoral de 2022 e disse que o contingente do setor produtivo que defende a elevação da alíquota modal é minoritário.

– Não é porque um grupo de entidades se sentiu intimidado que toda a sociedade civil vai se afrouxar e se render a uma ameaça e uma intimidação.

O dirigente empresarial também contesta os argumentos do governo e diz que a arrecadação do RS tem crescido neste ano, na comparação com 2023.

Dificuldades e pressões na Assembleia

A despeito do pedido das entidades empresariais, o Palácio Piratini deve enfrentar percalços para aprovar o projeto em plenário. Para além da dificuldade natural em convencer os deputados a aprovarem o aumento de imposto, pesa contra o Piratini o fato de a maioria dos aliados já ter se manifestado contra a alta do ICMS no ano passado.

Além disso, integrantes da base estão escaldados com a votação da semana passada, na qual a oposição conseguiu aprovar recurso para manter em tramitação

projetos que anulam o corte de incentivos fiscais.

Na ocasião, governistas que votaram pela rejeição do recurso foram torpedeados por, supostamente, apoiarem o aumento de impostos.

As cobranças foram sentidas tanto nas redes sociais quanto em mensagens de apoiadores. Para tentar conter o estrago, os parlamentares correram a gravar vídeos e publicar notas para esclarecer o teor do voto.

Nos bastidores, a avaliação é de que, com a margem estreita e as

resistências na base, o governo teria maiores chances de vitória caso conseguisse apoio do PT, maior partido de oposição no Legislativo, com 11 cadeiras. Consultado, o líder do PT na Assembleia, Luiz Fernando Mainardi, não descarta abrir conversas com o governo estadual:

– Nossa posição, manifestada no final do ano passado, é contrária ao aumento do ICMS, mas sempre estaremos à disposição para conversar. Como não é uma questão de princípios para nós, vamos debater.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS**Página:** 7